

ASSENTAMENTOS RURAIS E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, CONDIÇÕES DE VIDA E SUSTENTABILIDADE¹

*Angela Duarte D. Ferreira**

*Cláudia Pereira da Silva***

*Maria Helena Antuniassi****

Resumo: Este trabalho estuda a reconstrução da agricultura familiar nos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, partindo de um olhar genérico sobre a situação brasileira para uma análise mais detalhada dos assentamentos localizados no Estado do Paraná, sul do País. Apresenta dados de caracterização dos assentados e mostra como os assentamentos se estruturam pela organização de uma produção agrícola voltada substancialmente para o auto-consumo e pela constituição de um espaço de vida para agricultores excluídos do campo e sem acesso pleno a uma vivência urbana. Finalmente, faz uma análise preliminar da sustentabilidade destes assentamentos e de seu papel na configuração de outros padrões de desenvolvimento rural e agrícola para o País.

Palavras-chave: reforma agrária; assentamentos; desenvolvimento rural.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história do Brasil, o tema da reforma agrária tem sido parte recorrente dos debates que revestiram com sentidos diferentes, em cada momento de crise da sociedade brasileira, os conceitos de *questão agrária* e *questão agrícola*.

Nos períodos iniciais da colonização, a questão principal que se impunha para a agricultura e para a sociedade colonial era a falta de braços e o preço alto dos escravos, além da cíclica falta de alimentos quando o produto exportador básico estava em alta. A reforma que se demandava então era a da normalização do tráfí-

1 Trabalho apresentado no Congresso da Associação Internacional de Sociologia. (ISA) International Sociological Association, realizado em Montreal, Canadá, em julho de 1998.

* Professora da Universidade Federal do Paraná, Brasil. Departamento de Ciências Sociais e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Para contato: tel. (041) 264-5580; fax (041) 333-5628; angela@coruja.humanas.ufpr.br

** Agrônoma, mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Austral do Chile, doutoranda da Universidade de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Para contato: telefax (041) 335-6576; clpsilva@agr.unicamp.br

*** Pesquisadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo. Para contato: telefax (011) 881-2752.

co, da diminuição dos lucros mercantis dos capitais envolvidos na empresa colonial, e a da ação dos governos no sentido de garantir uma produção alimentar nos povoados de fronteira e nas franjas das grandes fazendas “agregando os vagabundos e ociosos” na tarefa de se desincumbir do plantio².

Durante todo o primeiro império, os mesmos problemas levantam a necessidade de incentivar a expansão da pequena produção de alimentos, nas terras incultas do latifúndio, constituindo assim uma reserva de mão-de-obra para as tarefas e serviços não afeitos à mão-de-obra escrava. Agravada a crise de mão-de-obra pela proibição do tráfico negreiro e pelas crescentes pressões abolicionistas, em meados do século XIX gestam-se os primeiros argumentos claramente favoráveis à uma distribuição de terras para incentivar a imigração europeia como substituição progressiva do trabalho escravo. Esta tese é derrotada pelas do colonato e da parceria na agricultura, especialmente cafeeira, com o resultado, a nível fundiário, da Lei de Terras de 1850, a lei do *cativeiro da terra* e daquilo que se nominou, emprestando-se a expressão leninista, de processo de consolidação da via junker de desenvolvimento do capitalismo brasileiro³.

Outra vez os mesmos sentidos para as questões agrária e agrícola se recolocam no final do século, após a abolição da escravatura e proclamação da República. Pela promulgação da lei de terras dos estados, procura-se simultaneamente encaminhar a resolução da crise de mão-de-obra e de alimentos sem alterar a estrutura fundiária já consolidada. Seu resultado mais visível foi o favorecimento da grilagem de terras (pela legalização de imensas posses a partir de registros precários ou depoimentos) e a reprodução da grande propriedade (concessões de áreas a preço vil para a prestação de serviços de colonização, poucas vezes realmente efetivada). Não deixa, no entanto, de viabilizar, pela via da compra de terras, a criação de núcleos de pequenas propriedades, principalmente no sul do País. Sobre este parcelamento de terras para venda, que já foi considerada a “reforma agrária pacífica do sul do Brasil”⁴ e o mais lucrativo negócio de todos os tempos⁵, pode-se dizer que ampliou a oferta de alimentos na região e propiciou um dos mais significativos impactos do desenvolvimento de uma área rural sobre a rede urbana circunvizinha, com a criação e crescimento de várias cidades no Paraná, o mesmo que aconteceu ao redor dos núcleos de colonização de imigrantes-pequenos produtores nos demais estados de sul.

2 Ata da Assembléia XX, citada por GRAZIANO DA SILVA, J. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. p. 20.

3 Análises respectivamente de MARTINS, J. S. *O cativeiro da terra* e GRAZIANO DA SILVA, J. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*.

4 Pronunciamento de ampla repercussão de Jaime Canet, governador do Paraná no final dos anos 70, sobre a irrelevância de uma política de reforma agrária no Estado diante do fato de que ali predominava a pequena propriedade, resultado do processo de colonização através do loteamento e venda de terras das grandes concessionárias.

5 História da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, edição comemorativa. Londrina, 30.

Entre os anos 40 e meados dos anos 60, a questão agrária passou a analisar a agricultura, crescentemente secundarizada pelos demais setores da economia brasileira, como arcaica e o latifúndio como símbolo do atraso que perpetuava no Brasil o subdesenvolvimento. Seria em função dos limites impostos pelos formatos e funcionamento do meio rural, com suas classes subjacentes, que o capitalismo nacional se mostrava incapaz de se afirmar e se desenvolver. Este debate bastante conhecido levava à idéia de uma reforma agrária para o capitalismo e para efetivação de uma via nacional de desenvolvimento para o País: reforma agrária para criar mercado interno e viabilizar a indústria, para gerar divisas que sustentassem o prosseguimento da industrialização, para acelerar a constituição de um mercado livre de mão-de-obra, através da liberação dos camponeses atados à terra pelos laços semi-feudais de exploração do trabalho e para incrementar a oferta de produtos agrícolas, pelo dinamismo dos setores reformados em contraposição ao atraso do latifúndio. Para os movimentos camponeses, mesmo em se tratando de acesso à terra livre, sem sujeição à renda, a idéia do acesso à tecnologia e ao crédito não estava ausente⁶.

O regime militar apropriou-se, desta forma, de tratar a questão agrária e agrícola, retirando-lhe o conteúdo distributivista mas reforçando seu sentido modernizador: a reforma agrária do regime, consubstanciada no Estatuto da Terra e viabilizada por uma política de crédito rural subsidiado, revolucionou o perfil produtivo da agricultura sem atenuar, ao contrário, agravando-a concentração da propriedade e posse da terra no Brasil. Resolveu, assim, os dilemas da oferta agrícola, da liberação de mão-de-obra do meio rural e da abertura de mercados para os produtos industrializados pela via da mudança do padrão tecnológico e da transformação das relações de trabalho. A este processo, amplamente estudado no País, chamou-se, por isto, de *modernização conservadora*: desigual, entre regiões e produtos, parcial, entre os diferentes momentos do ciclo de produção na agricultura, excludente, no que diz respeito aos seus efeitos sociais e ecologicamente danoso, em termos dos impactos sobre solos e demais recursos naturais.

A questão agrária que emerge no final dos anos 70 tem, no seu conteúdo principal, a crítica aos efeitos do processo de modernização da agricultura. Seus protagonistas são os excluídos deste processo: os que perderam a terra porque se engajaram nele ou porque perderam quaisquer condições de competitividade diante da nova oferta de produtos oriundos dos estabelecimentos modernizados; os desapropriados de áreas inundadas por barragens têm outra política, inserida no projeto mais global de modernização da economia brasileira, que submergiu grandes extensões de terras agriculturáveis para a construção de hidrelétricas; os que se viram privados de acesso a contratos de arrendamento, parceria ou a outras formas de acesso à posse da terra pelas mudanças introduzidas nas relações de produção e

6 Ver, a este respeito, MEDEIROS (1994).

trabalho; e os que perderam o emprego agrícola e rural, também em consequência da modernização. São atores de um mundo rural em decomposição que foram excluídos do campo e ao mesmo tempo tiveram bloqueado seu acesso à plena vivência da cidade, seus empregos, seus serviços, suas possibilidades de participação política e mobilidade social, ou seja, seu espaço singular de usufruto dos direitos da cidadania.

A reforma agrária que clamam não tem nada a ver com a reforma para o capitalismo, mesmo se também clamam por integração social. As questões prementes para a expansão capitalista foram razoavelmente resolvidas, no que tem a ver com a agricultura. A maior expressão desta renovada bandeira pela reforma agrária é a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Brasil em meados dos anos 80 e a constituição de sua pauta de reivindicações e lutas: o acesso à terra e a vivência da ruralidade em outro patamar ao que experimentaram antes; um espaço de vida, muitas vezes pensado como *outro* modo de vida, pensado genericamente como comunitário e propício para alicerçar uma renovada luta pelo socialismo.

A reforma agrária dos anos 80 foi freqüentemente identificada como política social para amenizar as condições de exclusão e pobreza da população brasileira. Foi neste sentido que o governo pós-regime militar colocou sua nova questão agrária e instituiu o Plano Nacional de Reforma Agrária do Brasil, em 1985. Um plano que resultou de um processo de quase dez anos de lutas do Movimento dos Sem-Terra e que foi objeto de sérios conflitos entre os diferentes protagonistas das lutas agrárias, culminando numa versão gradualista e onerosa de reforma que foi constantemente efetivada *post facto*, ou seja, como forma de legalizar a ocupação de terras improdutivas pelos trabalhadores sem terra.

Nos anos que se seguiram a este plano e no decorrer da década de 90, esta reforma agrária, apesar de suas limitações, proporcionou o acesso à terra a mais de 100.000 famílias de agricultores.

A idéia básica de política social permeia as políticas de assentamento e muitas das discussões sobre a reforma agrária no país.

O conteúdo desta tese pode ser resumido nos seguintes postulados: a produção agrícola brasileira pode ser assegurada pelas empresas rurais e pelos produtores familiares tecnificados e, portanto, prescinde da pequena produção de alimentos que seria resultante da reforma agrária; no entanto, o mercado de trabalho urbano não comporta os excedentes populacionais de origem rural; este fato mais o inchaço das grandes cidades, com suas mazelas, indicam que a solução da reforma agrária, como forma de retenção da mão-de-obra no campo, seria desejável para a sociedade brasileira.

Neste sentido, os assentamentos seriam a resposta para a crise urbana, seriam o paliativo para uma situação de insuficiência do desenvolvimento urbano-industrial do País e para minorar a superpopulação excedente existente nas cida-

des, com todas suas conseqüências de exclusão/marginalidade/violência. Chegou-se a falar de favelização do meio rural como alternativa para diminuir a explosão de favelas urbanas.

A tese que se defende neste trabalho é a de que a política de reforma agrária não deve ser entendida como política social, mesmo se responde a objetivos que são autonomizados como *sociais* no modo de pensar a sociedade em que vivemos. Deve ser entendida como forma de *desenvolvimento de uma outra agricultura* cuja dinâmica e objetivos internalizem a modernização social de que o País necessita mas que seja reconhecida como *atividade econômica* no sentido mais concreto de seu entendimento: como criadora de um *espaço de produção*, de um *espaço de trabalho* e como meio de geração de renda. Uma outra agricultura que, se bem que inserida no mercado capitalista, possa ter como pressuposta uma forma de validação que não seja apenas pelo nível de integração neste mercado, mas seja dada pela capacidade de gerar redes econômicas, sociais, culturais e políticas que integrem os milhares de excluídos do modelo de desenvolvimento hegemônico.

Neste sentido, o presente texto tem por objetivo analisar os resultados desta política recente de Reforma Agrária através de um balanço da situação dos assentamentos rurais no Paraná, sul do Brasil. Este estado não é típico da situação brasileira, como se verá nos aspectos em que uma visão comparativa entre o PR e o País será possibilitada pelos dados disponíveis. Ao contrário, o panorama paranaense e do Sul apresenta-se significativamente melhor, em todos os aspectos em que a comparação foi viabilizada. Justamente por isto, o estudo do Paraná permite discutir a validade da precedente tese, indicando em que medida uma política de apoio aos assentamentos pode ser prioritária para o País como um todo.

A base de dados aqui utilizada foi a levantada pelo I Censo da Reforma Agrária do Brasil, realizado entre 1996 e 1997. A tese enunciada será o pano de fundo das descrições e análises que se seguirão mas só será retomada ao final deste texto, como discussão preliminar que, espera-se, venha a se inserir na corrente de *estudos do mundo rural* que têm se expandido no cenário brasileiro recentemente, em contraposição, provavelmente, aos estudos sobre o processo de modernização da agricultura e de sua integração à indústria que foram os dominantes até meados da década.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A BASE DE DADOS UTILIZADA

Os dados analisados neste trabalho constituem parte do banco de dados constituído pelo I Censo Nacional e Pesquisa SocioEconômica dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, realizado entre novembro de 1996 e março de 1997, através de um convênio entre o INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária do Brasil) e o CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), sob a coordenação da Universidade de Brasília.

Foram formadas equipes de pesquisa em 26 estados e participaram, 29 universidades entre federais, estaduais e comunitárias, 41 professores/supervisores e 1800 estudantes⁷.

O Censo constatou a existência de 199.218 beneficiários e entrevistou os 161.556 presentes nos seus lotes. Foram pesquisados os 1.460 projetos de assentamento existentes até a data de 31 de outubro de 1996. Ressalte-se que, além do Censo, foi realizada em todos os assentamentos uma pesquisa sócio-econômica de caráter amostral que entrevistou cerca de 9.000 beneficiários.

O objetivo do Censo foi, além da contagem dos beneficiários e identificação de novas famílias, levantar dados sobre estado civil, sexo, nível de escolaridade, localização e composição das famílias, tempo de assentamento e formas de exploração do lote.

Simultaneamente ao Censo foi realizada a pesquisa amostral com o objetivo de levantar dados sobre as condições de vida nos assentamentos e caracterização genérica do perfil produtivo dos assentados. Para tanto, as questões procuraram levantar informações sobre história ocupacional dos assentados, educação, associativismo, habitação, saúde, créditos recebidos, nível tecnológico e assistência técnica, informações sobre produção agrícola, sobre o plantel de pecuária, sobre maquinário, implementos agrícolas e eletrodomésticos possuídos por cada família⁸.

A composição da amostra levou em conta os seguintes critérios: a unidade escolhida para a composição das amostras foi a família do beneficiário; a formulação de estratégia para escolha dos grupos foi realizada mediante uma estratificação, sendo considerado cada projeto de assentamento um estrato, com todos os projetos de assentamento incluídos na composição da amostra; a quantidade de famílias componentes de cada estrato foram definidas mediante simulações, com base nas estimativas disponíveis no INCRA⁹.

Algumas lacunas importantes foram constatadas nos dois formulários¹⁰. Entre elas, pode-se ressaltar: a ausência de informações sobre as dimensões dos lotes, localização da parcela rural, dados mais precisos sobre crédito, informações sobre o tipo de mão-de-obra utilizada nas atividades produtivas, dados mais bem levantados sobre forma de aquisição do lote, no caso dos beneficiários que não foram assentados na época de estruturação do assentamento, informações sobre as vias de acesso, meios de transporte disponíveis e conseqüentemente, quanto à sua capacidade e possibilidade de escoamento da produção e colocação no mercado.

7 UnB. Convênio CRUB/INCRA. Relatório do Censo Nacional e Pesquisa Sócio-Econômica nos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. Brasília, 1997.

8 Embora tenham sido levantados dados sobre cooperativas de produção e associações, estas informações não foram disponibilizadas pelo relatório final da pesquisa.

9 Ibid, p. 8-9.

10 Ibid, p. 10-12.

No Estado do Paraná, que nos interessa mais de perto aqui, todos os assentamentos foram pesquisados e mais de 100% dos beneficiários foram entrevistados (em relação à listagem inicial fornecida pelo INCRA, o que indica a presença de novas famílias de agregados nos projetos. Foram identificadas 4.809 famílias¹¹ e 102 projetos. Por problemas de atraso da aplicação e tabulação dos questionários na região norte do Estado, a amostra computada foi de 282 famílias, referentes aos 66 assentamentos da região centro sul do Paraná, onde foram entrevistados, na pesquisa censitária, 3.040 famílias.

Tanto o Censo como a pesquisa amostral foram realizados em formulários padronizados e estruturados para serem lidos e processados por meio eletrônico de leitura ótica. Os dados processados foram tabulados através do *software* SAS.

A tabela 1 mostra o número absoluto e relativo de beneficiários entrevistados (formulário do Censo) distribuídos por região, com destaque para os dados do Paraná.

TABELA 1

Distribuição absoluta e percentual dos projetos e beneficiários recenseados: Paraná, por região e Brasil – 1996

Estado/ Região	Nº de Projetos	% de Projetos	Nº de Beneficiários	% de Beneficiários
PR	102	6,99%	4.809	2,98%
Norte	327	22,41%	56.084	34,73%
Nordeste	595	40,78%	63.400	39,26%
Sudeste	123	8,43%	9.546	5,91%
Sul	216	14,80%	10.169	6,30%
Centro-Oeste	198	13,57%	22.270	13,79%
Brasil	1459	100,00%	161.469	100,00%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

11 No livro sobre o I Censo da Reforma Agrária do Brasil, publicado pelo INCRA com os resultados gerais de censo e da pesquisa, só foram incluídos os dados de 3.118 assentados do Paraná, referentes a 68 assentamentos. Para o presente trabalho, pode-se trabalhar diretamente com o banco de dados do Estado e por isto foram computadas todas os 4.809 beneficiários e os 102 assentamentos pesquisados. Em função disto, sempre que se mencionou a região Sul e o país, a somatória foi corrigida para abranger a totalidade dos dados do Estado do Paraná.

A tabela 2 mostra o número absoluto de beneficiários incluídos na pesquisa amostral por Estado do Paraná e outras regiões.

TABELA 02
Tamanho das amostras para o Paraná, regiões e no Brasil – 1996

Estado/ Região	População	Amostra	% da pop. amostrada
Paraná	4.809	282	5,86%
Centro-Oeste	22.270	1.206	5,42%
Nordeste	63.400	3.373	5,32%
Norte	56.084	2.801	4,99%
Sudeste	9.546	555	5,81%
Sul	10.169	776	7,63%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

O banco de dados que foi disponibilizado pelo INCRA só agregava os relativos ao Estado do Paraná. Às informações dos demais Estados, regiões e ao total do Brasil só se teve acesso através de tabelas, publicadas pelo INCRA num livro de circulação restrita¹².

Observou-se sérios problemas no banco de dados, incluindo erros óbvios de digitação que se traduziram em informações que necessitaram ser confirmadas com técnicos da região, agricultores e literatura especializada e outras que não puderam ser aproveitadas. Além disto, problemas do tipo de questionário e forma de coleta tornaram bem pouco confiáveis alguns dados de produção nos assentamentos. Um exemplo disto foram os dados de área plantada que não foram digitados no banco de dados, provavelmente porque apresentavam muitas lacunas, o que inviabilizou qualquer análise de produtividade.

Problemas dos próprios instrumentos de pesquisa também afetaram a qualidade das análises que se pôde fazer com os dados de produção: ao demandar informações da safra anterior, sem dados confiáveis sobre a área plantada e dados quantitativos de utilização de insumos, também não se pôde calcular os custos de produção. Um outro exemplo disto tem a ver com os dados de renda monetária: ao não perguntar o valor real recebido pela venda dos produtos, deixou uma lacuna que só se preencheu de uma forma aproximada (utilizou-se dados de preços médios recebidos pelo produtor no ano de 1996, obtidos na Secretaria da Agricultura do Paraná). Isto tampouco permitiu conhecer mais sobre o sistema de comercialização dos assentados. Mais um problema que se verificou, provavelmente de coleta de dados (que poderia ter sido minorado com um questionário de tipo auto-explicativo) foi a subestimativa dos produtos estocados para consumo humano (os casos concretos em que se percebeu isto foram assinalados nas respectivas tabelas).

12 I Censo da Reforma Agrária do Brasil. Brasília, INCRA/Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 1997.

No geral, no entanto, os dados permitem uma visão geral da situação dos assentamentos e propiciam interessantes pistas para pesquisas subsequentes. Também indicam questões para reflexão e correção de políticas para os órgãos públicos ligados à reforma agrária, assim como sinalizam caminhos para a pauta de reivindicações do Movimento dos Sem-Terra e dão base para legitimar suas ações.

3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ASSENTADOS E DE SEUS DEPENDENTES

Os assentamentos rurais no Brasil datam de período anterior ao atual plano de Reforma Agrária, mas a maior parte deles se estruturou a partir dos movimentos de ocupação de terras que lhe precederam e da sua promulgação, em 1985, como se vê abaixo:

TABELA 03
Distribuição absoluta e percentual dos beneficiários,
por ano de ocupação: Brasil – 1996

Ano de Ocupação	Brasil	
	Nº total	%
Antes 1960	5.979	4,08
1960-1964	2.847	1,94
1965-1969	2.945	2,01
1970-1974	4.064	2,77
1975-1979	4.586	3,13
1980-1984	10.833	7,39
1985-1989	35.997	24,56
1990-1994	50.031	34,14
Após 1994	29.273	19,97

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

No caso do Paraná, foram os anos 80 os que mais concentraram ocupações de áreas improdutivas pelo Movimento dos Sem-Terra, o que refletiu uma conjuntura de intensa mobilização no meio rural do Estado e a existência de setores comprometidos com a reforma agrária no governo estadual¹³, o mesmo que ocorre na região Sudeste (tabela 04). Já nos outros estados do Sul há um percentual similar entre dois períodos de intensificação de ocupações e estruturação de assentamentos – 85/89 e 90/94. Os dados de ano de ocupação da terra para as demais regiões mostram um recrudescimento do movimento pela terra nos anos noventa:

13 Ver, FERREIRA, 1987; BONIN et al: 1989; BONIN et al: 1990.

TABELA 04

Distribuição absoluta e percentual dos beneficiários, por ano de ocupação: Paraná, por regiões – 1996

Ano de Ocupação	PR		Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sul		Sudeste	
	Total	%	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%
pré 1960	22	0,49	70	0,34	5.306	9,01	278	0,56	36	3,34	289	0,39
1960-1964	6	0,13	48	0,24	2.418	4,11	212	0,43	14	1,79	155	0,15
1965-1969	14	0,31	67	0,33	2.435	4,14	238	0,48	18	2,16	187	0,19
1970-1974	18	0,40	90	0,44	3.237	5,50	527	1,07	27	2,12	183	0,29
1975-1979	133	0,73	265	1,30	3.125	5,31	978	1,98	41	2,05	177	0,44
1980-1984	354	7,87	1.060	5,21	4.545	7,72	4.301	8,71	430	5,74	497	4,61
1985-1989	2.503	55,63	4.293	21,11	13.386	22,73	11.493	23,28	4.312	29,05	2.513	46,25
1990-1994	1.158	25,74	9.359	46,02	15.227	25,86	20.118	40,76	2.754	29,74	2.573	29,54
Após 1994	391	8,69	5.086	25,01	9.203	15,63	11.215	22,72	1.691	24,02	2.078	18,14

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Os assentados da Reforma Agrária chegam aos assentamentos depois de um período de acampamentos e mobilizações que os conduzem a uma certa mobilidade espacial basicamente se restrita a deslocamentos dentro do próprio Estado onde foram assentados (tabela 5). Nas regiões Norte e Centro-Oeste, derradeiras fronteiras agrícolas do País, há um grande número de assentados que vieram, como última procedência, de outros Estados:

TABELA 05

Local de procedência do chefe de família antes do assentamento, distribuição percentual no Paraná, regiões e no Brasil – 1996

Local de Procedência	Paraná	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sul	Sudeste	Brasil
Não responderam	14,89%	9,95%	15,56%	8,89%	13,92%	14,59%	11,84%
No município do projeto	24,82%	26,20%	52,45%	27,35%	17,65%	46,49%	36,60%
Outro município do estado	53,19%	33,67%	27,25%	28,88%	64,82%	34,41%	33,02%
Fora do estado	7,09%	30,18%	4,68%	34,81%	3,61%	4,50%	18,49%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

A maior parte dos assentados já trabalhava como agricultor antes de participar do Movimento dos Sem-Terra. Em alguns Estados do Brasil, os assentados têm, na sua história ocupacional anterior, a presença forte de outras ocupações, mas somente no Sudeste (Minas Gerais e Piauí) estas predominam sobre a de agricultor/camponês. No sul do País e no Paraná, mais de 60% dos assentados tinham acesso à terra como agricultores antes de chegarem ao assentamento¹⁴. Os dados para o Paraná (tabela 06) indicam um acesso à terra através do arrendamento, da parceria, da posse e ocupação e até através da propriedade (no caso de pequenos proprietários mas, principalmente de seus filhos).

14 I Censo da Reforma Agrária, op. cit.

TABELA 06
Perfil da relação trabalho/produção/situação, distribuição absoluta e percentual: Paraná – 1996

	Nº total	%
Arrendatário	131	46,45%
Assalariado	47	16,66%
Posseiro	15	5,32%
Parceiro	05	1,76%
Proprietário	30	10,66%
Ocupante	04	1,42%
Agregado	15	5,32%
Autônomo	06	2,13%
Outros	08	2,83%
Branco	21	7,44%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Como já se viu no item anterior, o Estado do Paraná tem 47% dos assentamentos da região Sul e 7% em relação ao Brasil como um todo. São 4.809 beneficiários, sendo a maioria do sexo masculino (tabela 7). O Paraná, na verdade, apresenta um percentual de mulheres beneficiárias menor que o Brasil como um todo, onde elas representam quase o dobro (13%) entre os beneficiários (possuidores nominais de lotes) da Reforma Agrária. Estes dados são indicadores principalmente das diferenças da organização familiar nos assentamentos do sul, em especial do Paraná, em contraste com outras regiões, como o Nordeste e o Norte do País: o pequeno número de famílias uniparentais no Paraná, e, em consequência, o pequeno número de mulheres sozinhas com filhos que têm a condição de assentada. Isto se confirma pelos dados de estado civil nos assentamentos: o Paraná é o Estado com o menor número de beneficiários solteiros, separados, desquitados e divorciados¹⁵. Não significam, portanto, uma maior dificuldade das mulheres em afirmar uma identidade profissional no Paraná e no sul do País: ao contrário, é justamente neste Estado e nesta região em que aparece um número significativo de cônjuges (mulheres, em sua maioria) que apontam sua atividade principal como a de *agricultoras*, como se verá adiante.

15 I Censo da Reforma Agrária, op. cit.

TABELA 07
Distribuição absoluta e percentual por sexo dos beneficiários: Paraná,
Região Sul e Brasil – 1996

Estado/Regiões	Sexo masculino		Sexo feminino	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Paraná	4.466	92,92	340	7,08
Região Sul	9.253	92,94	778	7,04
Brasil	136.641	87,22	20.024	12,78

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

A maioria desses beneficiários e seus cônjuges ou companheiros (mais de 70%) tem entre 28 e 57 anos, sendo que entre esses mais da metade tem até 47 anos (tabela 8 e 9). Levando em conta a dinâmica familiar, nos moldes de TChayanov (1990), pode-se dizer que essas famílias estão numa fase em que os filhos, em geral, moram com os pais e têm um número de anos significativo ainda fazendo parte da mesma casa e unidade produtiva.

TABELA 08
Distribuição absoluta e percentual de beneficiários, segundo a faixa etária,
no Estado do Paraná – 1996

FAIXA ETÁRIA	Nº absoluto	%
Até 19 anos	39	0,84%
19 – 22 anos	167	3,57%
23 – 27 anos	429	9,19%
28 – 35 anos	1.010	21,63%
36 – 47 anos	1.614	34,56%
48 – 57 anos	961	20,58%
58 – 65 anos	343	7,34%
Mais de 65 anos	107	2,29%
Total	4.670	100,00%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

TABELA 09
Distribuição absoluta e percentual dos cônjuges, segundo a faixa etária,
no Estado do Paraná – 1996

FAIXA ETÁRIA	Nº absoluto	%
Até 19 anos	176	4,24%
19 – 22 anos	319	7,69%
23 – 27 anos	485	11,69%
28 – 35 anos	1.018	24,54%
36 – 47 anos	1.341	32,32%
48 – 57 anos	578	13,93%
58 – 65 anos	170	4,10%
Mais de 65 anos	62	1,49%
Total	4.149	100,00%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

De fato, mais de 70% dos filhos e enteados têm idade até 18 anos (tabela 10). No entanto, mais da metade ainda não tem idade para compor plenamente a força de trabalho familiar (têm menos de 14 anos) mas já fazem parte do fundo de trabalho intermitente e parcial de que a família pode dispor, como é corrente no meio rural e no âmbito da agricultura familiar. Como o número de dependentes por beneficiário é pequeno – um dependente por beneficiário (tabela 11)¹⁶ e 91% desses dependentes são filhos ou enteados em idade inativa ou parcialmente ativa – pode-se supor que os assentamentos do Paraná têm, em geral, um problema conjuntural de falta de força de trabalho e que têm para os próximos anos um período onde o ciclo demográfico da família vai possibilitar a expansão da sua capacidade produtiva. Não atingiram, portanto, em média, o auge de seu potencial, embora mais da metade dos beneficiários do Estado estejam na área há cerca de dez anos (tabela 4).

A família dos assentados no Paraná é, portanto, nuclear, com poucos filhos. São poucos os parentes residentes dependentes dos beneficiários. A parentela que mora no mesmo lote mas mora numa casa distinta e tem uma parte da produção ou da renda independente dos assentados principais aparece no censo sob a denominação de *agregados* – que abarcam também não aparentados em condições similares e não representa mais de 7% do total de beneficiários (ver tabela 2, anexo I). Estes são em geral os genros, filhos e outros que têm uma parte do lote para cultivos próprios, ou uma cultura sob sua responsabilidade, ou, ainda, uma parceria nas atividades agrícolas em geral, em todos os casos auferindo uma renda diferenciada do conjunto da renda familiar do assentado principal.

TABELA 10
Distribuição absoluta e percentual dos dependentes, segundo a faixa etária,
no Estado do Paraná – 1996

FAIXA ETÁRIA	Nº absoluto	%
00 – 06	1.239	23,10%
07 – 10	920	17,16%
10 – 14	937	17,44%
15 – 18	919	17,14%
19 – 22	544	10,14%
23 – 27	278	5,18%
28 – 35	127	2,37%
36 – 47	275	5,13%
48 – 57	16	0,30%
58 – 65	40	0,75%
Mais de 65	69	1,29%
Total	5364	100,00%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

16 Seria interessante fazer uma comparação deste número com os dados do Brasil como um todo, e com outros Estados e regiões, mas estes dados não foram disponibilizados na publicação geral do Censo.

TABELA 11
Distribuição absoluta e percentual segundo o grau de dependência
no Estado do Paraná – 1996

Grau de dependência	Nº absoluto	%
Filho	4.816	90,36%
Enteado	35	0,66%
Pai/mãe	87	1,63%
Avô/avó	05	0,09%
Irmão/irmã	95	1,78%
Sogro/sogra	35	0,66%
Neto/neta	163	3,06%
Genro/nora	36	0,67%
Tio/tia	03	0,06%
Cunhado	27	0,51%
Sobrinho	28	0,52%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Quase a totalidade dos beneficiários do Paraná – 97% – tem como atividade principal a agricultura (tabela 12), em índice mais expressivo que no País (78%) onde é de fato a profissão de agricultor que predomina entre os assentados, aí entendida como agricultor em sua própria parcela e autônomo. O assalariamento como atividade principal é pouco significativo no Brasil e ainda menos no Paraná e no Sul.

Como atividade ou habilidade complementar, aparecem várias ocupações ligadas à atividade agrícola assalariada (trabalhador com motosserra, tratorista, diarista) ou à atividade eventual de pedreiro ou carpinteiro para si e como atividade remunerada. No entanto, a maioria dos agricultores não declara ter uma outra atividade ou habilidade (71% no Paraná e 69% no Brasil – ver tabela 1 do anexo I)¹⁷.

TABELA 12
Distribuição por atividade principal dos beneficiários, absoluta e
percentual: Paraná, por região e Brasil – 1996

Estado/ Regiões	Agricultor		Doméstica		Trabalhador rural		Professora		Outras Atividades	
	Nº total	%	Nº total	%	Nº total	%	Nº total	%	Nº total	%
PR	4.541	97,12%	33	0,71%	42	0,89%	24	0,52%	36	0,76%
Centro-Oeste	15.394	78,79%	716	3,66%	1.819	9,31%	66	0,34%	1.542	7,89%
Nordeste	55.176	90,23%	1.754	2,87%	1.075	1,76%	100	0,16%	3.044	4,98%
Norte	39.398	78,91%	2.676	5,36%	2.927	5,86%	215	0,43%	4.709	9,43%
Sudeste	6.436	73,72%	342	3,92%	1.189	13,02%	21	0,24%	742	8,50%
Sul	7.784	94,11%	89	1,08%	38	0,46%	34	0,41%	326	3,94%
Brasil	124.187	78,72%	5.555	3,52%	7.021	4,45%	429	0,27%	10.296	6,53%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

17 Como a pesquisa foi promovida pelo INCRA, que não vê com bons olhos atividades outras que agrícolas nos lotes, é de se supor que tais atividades estejam subdeclaradas.

Aproximadamente a metade dos cônjuges no Paraná e no Sul como um todo se declara *agricultor*, ao contrário do acontece no resto do País, onde a atividade mais freqüentemente declarada é a de *doméstica* (tabela 13). Considerando que a maior parte dos cônjuges é de mulheres, estes dados refletem uma recente conquista dos movimentos de mulheres no meio rural, bastante expressivos no sul, no sentido de serem consideradas profissionalmente como agricultoras, com direito à sindicalização e à aposentadoria. Embora estes movimentos antecedam a ascensão do atual movimento de luta pela terra, foi no seu esteio que se consolidou uma participação das mulheres com reivindicações específicas, inclusive esta do reconhecimento da sua identidade profissional.

TABELA 13

Distribuição por atividade principal dos cônjuges, absoluta e percentual: Paraná, por região e Brasil – 1996

Estado/ Regiões	Agricultor		Doméstica		Professora		Outras Atividades		Sem informação	
	Nº total	%	Nº total	%	Nº total	%	Nº total	%	Nº total	%
PR	1.630	47,83%	1.181	34,66%	95	2,78%	44	1,29%	458	13,44%
Centro-Oeste	4.068	22,23%	9.673	52,85%	218	1,19%	1.276	6,97%	3.068	16,76%
Nordeste	19.206	30,62%	24.970	39,80%	379	0,60%	5.305	8,46%	12.873	20,52%
Norte	10.322	19,05%	25.841	47,68%	570	1,05%	5.088	9,39%	12.372	22,83%
Sudeste	1.386	15,73%	4.333	49,17%	79	0,90%	761	8,63%	2.254	25,58%
Sul	4.451	51,82%	2.041	23,76%	134	1,56%	218	2,54%	1.746	20,33%
Brasil	39.433	25,84%	66.858	43,80%	1.380	0,90%	12.648	8,29%	32.313	21,17%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Mas mesmo a chamada atividade doméstica nos assentamentos não se separa de um certo tipo de imbricamento entre serviços da casa e agrícolas, no que não se diferenciam do que é comum no meio rural: ser dona de casa, na produção familiar, significa ter a seu encargo uma série de atividades agrícolas, desenvolvidas ao redor da moradia, como horta, pomar e criação de pequenos animais e também atividades artesanais como produção de queijos, rapaduras e outros doces, atividades nem sempre consideradas como produtivas.

Considerando a baixa pluriatividade dos cônjuges e dos próprios beneficiários no Paraná e no sul, em termos absolutos e em relação ao resto do País, pode-se supor que a agricultura no lote tem comportado sua própria mão de obra familiar, fornecendo condições para sua reprodução e da unidade produtiva, o que é corroborado pelos dados sobre produção e renda (itens 5 e 6). O fato do Paraná, assim como toda região Sul, ter um percentual de beneficiários morando na própria parcela bem maior que no Brasil também vem a reforçar essa hipótese (ver tabela, item 6).

Os assentados da Reforma Agrária no Brasil têm um baixo grau de instrução, o que não os diferencia dos demais residentes do meio rural do País: cerca de 40% dos beneficiários e de seus cônjuges são analfabetos ou têm alfabetização

incompleta, 12% têm apenas alfabetização completa, aproximadamente 35% cursaram até a quarta série e 11% entre a quinta e oitava séries (tabelas 14 e 15). Embora a situação de escolaridade do Paraná seja inferior que a da região sul como um todo, em relação ao País apresenta níveis melhores: cerca de 20% dos beneficiários e conjugues é de analfabetos e com alfabetização incompleta, percentuais próximos de 10% chegaram a apenas completar seu processo de alfabetização, mas mais da metade cursou até a quarta série e quase 15% cursou entre a quinta e a oitava séries. A diferença se revela mais claramente se vemos a agregação de todos que tiveram alguma escolarização: quase 70% no Paraná para 46% no País.

TABELA 14

Distribuição absoluta e percentual dos beneficiários, segundo o grau de instrução: Paraná, Região Sul e Brasil – 1996

GRAU DE INSTRUÇÃO	Paraná		Região Sul		Brasil	
	Nº total	%	Nº total	%	Nº total	%
Analfabeto	766	16,47%	1.248	12,88%	46.577	31,12%
Alfab.incompleta	180	3,87%	328	3,38%	15.600	10,42%
Alfabet.completa	515	11,07%	904	9,34%	18.708	12,51%
Até 4ª série	2.463	52,94%	5.121	52,87%	48.086	32,13%
5ª a 8ª a série	644	13,84%	1.806	18,65%	16.490	11,02%
2º grau	73	1,57%	192	1,98%	3.720	2,48%
Superior	11	0,24%	87	0,90%	482	0,32%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

TABELA 15

Distribuição absoluta e percentual dos cônjuges, segundo o grau de instrução: Paraná, região Sul e Brasil – 1996

GRAU DE INSTRUÇÃO	Paraná		Região Sul		Brasil	
	Nº total	%	Nº total	%	Nº total	%
Analfabeto	702	17,13%	1.121	13,89%	34.617	28,58%
Alfab.incompleta	98	2,39%	160	1,98%	9.652	7,97%
Alfabet.completa	350	8,54%	602	7,46%	14.729	12,16%
Até 4ª série	2.290	55,88%	4.523	56,04%	43.259	35,72%
5ª a 8ª a série	576	14,06%	1.481	18,35%	14.862	12,27%
2º grau	74	1,81%	171	2,12%	3.542	2,92%
Superior	08	0,20%	13	0,16%	465	0,38%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Com relação aos dependentes, vemos que 83% das crianças com até 14 anos e 50% dos jovens entre 15 e 18 anos dos assentamentos do Paraná estão estudando¹⁸ (tabela 16). É importante observar é que 95% das crianças até 10 anos

18 Seria interessante uma comparação com os dados gerais do Brasil mas não se teve acesso aos dados de dependentes afora os do Paraná.

declaram um grau de instrução adequado a sua idade, índice superior ao verificado na população infantil do País em geral. Já 70% das crianças e jovens na faixa etária de 11 a 14 anos estão com grau de instrução defasado em relação à sua idade, concentrando-se no primeiro ciclo do primeiro grau (até quarta série). Também nas outras faixas etárias de jovens e crianças há esta defasagem (tabela 17). Estes dados mostram os resultados de uma reivindicação e ação do movimento dos sem terra, conjugadas a uma política de Estado, de garantir a instalação de uma escola de primeira a quarta série em cada assentamento ou em cada dois assentamentos, se próximos, enquanto que para os demais anos de escolarização não há necessariamente previsão neste sentido.

TABELA 16

Situação quanto ao estudo dos dependentes, segundo a faixa etária: Paraná 1996

Faixa Etária	Estudam		Não estudam		Branco	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
07 – 10	675	73,37%	210	22,83%	35	3,80%
10 – 14	834	89,01%	87	9,28%	16	1,71%
15 – 18	474	51,58%	336	36,56%	109	11,86%
19 – 22	169	31,07%	324	59,56%	51	9,38%
23 – 27	44	15,83%	204	73,38%	30	10,79%
28 – 35	17	13,39%	9	7,09%	101	79,53%
36 – 47	03	1,09%	31	11,27%	241	87,64%
48 – 57	00	0,00%	14	87,50%	02	12,50%
58 – 65	01	2,50%	35	87,50%	04	10,00%
Mais de 65	00	0,00%	52	75,36%	17	24,64%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

TABELA 17

Distribuição absoluta e percentual do grau de instrução das crianças e jovens, segundo a faixa etária: Paraná – 1996

FAIXA ETÁRIA	Analfabeto		Alf. Incompleta		Até 4ª Série		5ª a 8ª Série		2º Grau	
	Nº total	%	Nº total	%	Nº total	%	Nº total	%	Nº total	%
07 – 10	16	2,38%	09	1,34%	643	95,55%	05	0,74%	00	0,00%
11 – 14	06	0,66%	05	0,55%	671	73,49%	228	24,97%	03	0,00%
15 – 18	08	0,89%	04	0,45%	409	45,65%	444	49,55%	31	0,33%
19 – 22	06	1,14%	03	0,57%	261	49,62%	200	38,02%	54	3,46%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Neste sentido, percebe-se que o espaço do assentamento abriga pessoas que não se afastam muito do perfil básico do agricultor do Paraná mas que apresentam, em seu conjunto, algumas especificidades: não há uma masculinização significativa entre os assentados (51% de homens e 49% de mulheres¹⁹); o modelo organizativo da família é mais nuclear do que extenso e têm poucos filhos; são mais jovens;

19 I Censo da Reforma Agrária do Brasil, op. cit.

o grau de instrução é igualmente baixo mas as crianças de até 10 anos estão sendo amplamente escolarizadas; os assentados são basicamente agricultores que não se assalariam fora de seu lote; as mulheres assentadas têm afirmado mais sua condição profissional de agricultoras que as mulheres do meio rural em geral.

No que diz respeito ao perfil produtivo dos assentamento, estas semelhanças se repete mas há também especificidades que nos permitem tratar dos assentamentos como um espaço de produção à parte, como se verá a seguir.

4. O ASSENTAMENTO COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO

O lema de “ocupar, resistir e produzir” tem predominado, desde fins da década de 80, no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Brasil²⁰ como estratégia de resistência que implica no imediato início do processo de produção agrícola após a ocupação da terra. Se constitui uma forma a mais de viabilizar sua subsistência, é um meio simbólico de consolidação da sua posse.

Com o objetivo de se viabilizarem economicamente como produtores, desde esta época ganha corpo a idéia de desenvolverem novas formas de organização da produção à base de unidades coletivas de produção, comercialização e beneficiamento de produtos agrícolas. Tais unidades seriam necessárias para produzirem em pé de igualdade com as empresas capitalistas mas continuariam preservando uma substancial diferença em relação a tais empresas, já que suas grandes unidades agrícolas garantiriam a apropriação coletiva da terra e dos lucros e um modo de vida peculiar. Seu objetivo era, inicialmente, mostrar à sociedade um novo modelo de vida e de inserção no processo produtivo, constituindo-se num referencial da viabilidade da reforma agrária. A luta pela reforma agrária passa a ser entendida claramente como uma das lutas populares necessárias para transformação radical da sociedade, já que entendem que esta só se realizará no socialismo (Bonin et alii, 1989).

As ocupações das próprias áreas onde seriam depois assentados (com a legalização conseqüente da ocupação) se multiplicaram e o resultado é que a organização da produção e o início do plantio são anteriores à constituição dos próprios assentamentos.

Apesar do privilegiamento *a priori* de processos coletivos de organização dos assentamentos, uma das decisões mais cruciais que os sem-terra têm de tomar, ao iniciar as atividades produtivas, é sobre a forma de exploração da terra, optando entre a formação de cooperativas de produção ou a reorganização da agricultura familiar, tal como já tinham tradição de realizar em sua atividade de agricultor. Desde o início das discussões, este debate foi marcado por posições divergentes, marcadas por um discurso ideológico-moral do tipo coletivo-superior *versus* individual-inferior, con-

20 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Brasil. Cadernos de Formação n. 13-17.

duzido principalmente pelas lideranças do movimento em geral e de cada ocupação e assentamento em particular²¹. A formação de assentamentos à base da agricultura familiar acabou predominando, com algumas combinações de cooperação em parte da terra, entre grupos pequenos de agricultores. Também proliferaram associações de comercialização, compra e uso de máquinas, beneficiamento.

A idéia de incentivar a coletivização continua sendo dominante entre as lideranças e é ainda pensada como intrinsecamente melhor, tendo como fundamento as concepções teórico-ideológicas sobre campesinato, cooperação agrícola e socialismo que predominam no movimento²². Contam também com o apoio de setores dos órgãos estatais ligados à reforma agrária (INCRA, Institutos de Terras dos Estados) porque as formas cooperativas permitem a alocação de mais famílias por área e também porque algumas experiências bem sucedidas no sul e sudeste do País sensibilizaram os técnicos (no início das ocupações, o INCRA e os outros institutos eram totalmente contrários a qualquer variante da forma clássica da pequena produção familiar).

No Paraná, mais de 90% dos assentados (tabela 18) estão organizados na forma familiar, um pouco mais de 2 e 4 % produzem em formas de organização coletiva²³ e mista. As duas últimas formas, embora também minoritárias na região Sul e no Brasil como um todo, correspondem ao dobro do percentual que representam para o Paraná:

TABELA 18
Distribuição das formas de exploração dos beneficiários, absoluta e percentual: Paraná,
Região Sul e Brasil – 1996

Estado/ Região	Individual		Coletiva		Mista	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Paraná	4.414	93,02%	118	2,49%	213	4,49%
Região Sul	8.564	86,81%	868	8,79%	433	4,40%
Brasil	131.339	86,59%	8.161	5,38%	12.178	8,03%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Na posse individual de seus lotes, os assentados não deixam de participar das outras formas de associação, inclusive às de apoio à produção, como as de maquinaria agrícola, imprescindíveis para viabilizar algum tipo de uso de força mecânica nas áreas pequenas atribuídas a cada família.

De fato, as áreas dos lotes nos assentamentos correspondem à pequena propriedade ou posse da região em que são organizados. Assim, para o caso do Paraná,

21 Ver, a este respeito, BONIN, A et al, 1987 e 1989.

22 Uma interessante discussão disto está em NAVARRO, 1995 e D'INCAO e ROY, 1996. Ver também FERREIRA et al, 1998.

23 A forma coletiva está um pouco subestimada, pois dois assentamentos coletivizados não entraram na mostra por serem de responsabilidade do Estado do Paraná e não do INCRA.

a área média está em torno de 18 ha²⁴, considerada correntemente como dentro da faixa da pequena produção no Estado (até 20 ha), com variações sub-regionais conforme a capacidade de uso do solo.

Ao ser constituído o assentamento, os agricultores têm pouca orientação dos organismos estatais de reforma agrária ou de extensão *do que e de como* produzir e esta situação continua depois. Embora cada constituição de assentamento requeira um estudo da capacidade de uso do solo, a exiguidade do quadro de técnicos tanto do INCRA como da EMATER faz com que a produção nos assentamentos fique sob a responsabilidade pessoal dos assentados, em conjunto com as instâncias organizativas do próprio movimento dos sem-terra (que conta, atualmente, com unidades de formação e treinamento de técnicos em várias habilitações e tem um quadro próprio de extensionistas). Mesmo assim, nem o movimento consegue suprir a falta de assistência técnica os assentamentos que é, em geral, mal avaliada pelos assentados. Quase a metade dos assentados no Brasil não recebem nenhuma assistência técnica (tabela 19). Com mais lacunas neste aspecto estão os assentamentos do Norte, Centro-Oeste e Nordeste. No sul e no Paraná, um terço dos agricultores dizem receber uma assistência técnica que consideram adequada mas perto de 20% não a avaliam bem e 17% não têm acesso a nenhuma.

TABELA 19

Avaliação feita pelos assentados quanto ao tipo de atendimento da assistência técnica: Paraná, regiões e Brasil – 1996

Estado/ Região	Bom	Regular	Precário	Nenhum
Paraná	33,59%	28,91%	19,92%	17,58%
Centro-Oeste	15,20%	15,55%	15,64%	53,61%
Nordeste	16,62%	16,72%	17,11%	49,55%
Norte	11,10%	12,97%	19,85%	56,08%
Sudeste	30,38%	19,92%	11,67%	38,03%
Sul	33,92%	29,21%	19,65%	17,23%
Brasil	21,45%	18,87%	16,78%	42,90%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

No que diz respeito a créditos de apoio à instalação dos assentados ou crédito rural em geral, os dados disponíveis não são utilizáveis para o Brasil (só 24% responderam aos itens sobre crédito) mas o são para o Paraná (mais de 70% responderam os quesitos). Mas, entre os que responderam, há no País diferenças grandes: em crédito de investimento e custeio, o Nordeste e o Norte do País estão entre os que menos tiveram acesso a crédito, o Sudeste situa-se em terceiro lugar no País, seguido pela região Centro-Oeste. O Sul e o Paraná entre os estados do sul

24 Segundo cálculos efetuados com base nas planilhas de assentamentos do INCRA-PR.

foram os que mais tiveram acesso a crédito (embora não necessariamente tenham recebido maiores montantes, já que não há informações de valores)²⁵.

Entre os créditos de apoio inicial à instalação (crédito alimentação, fomento agrícola e habitação), mesmo entre os assentados do Paraná menos da metade afirma não ter recebido, um parte deles por não estarem na área deste o início do assentamento (tabela 20). Quanto ao PROCERA de investimento, 70% afirma ter recebido pelo menos uma vez desde que estão na terra e o PROCERA custeio foi recebido por 66%. Embora a maioria dos assentados do Estado estejam nos seus lotes há mais de dez anos (ver tabela 20, item 3), são poucos os que tiveram acesso aos créditos de custeio e investimento do PROCERA mais de três vezes – 5% e 18% respectivamente²⁶. Estando ainda sem o título de propriedade (% 20 apenas são titulados²⁷), não têm acesso ao crédito bancário comum, o que significa uma situação de financiamento precário das atividades produtivas dos assentamentos. Indica, por outro lado, em termos médios, um baixo nível de endividamento²⁸.

TABELA 20

Distribuição absoluta e percentual dos beneficiários da amostra que receberam crédito: Paraná – 1996

Tipos de crédito	Nº total	%
Alimentação	120	42,55%
Fomento Agrícola	105	37,23%
Habitação	79	28,01%
PROCERA Custeio	188	66,66%
PROCERA – Investimento	199	70,56%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Diante disto, a produção agropecuária tem necessariamente de ser estruturada à base da utilização de recursos internos disponíveis e força animal, mesmo se combinando com a compra e uso de insumos químicos e com o uso de maquinário, geralmente alugado de terceiros ou da associação.

Os dados sobre práticas agropecuárias não permitem avaliar corretamente o perfil tecnológico dos assentamentos porque foi demandado o tipo de prática e não avaliada a forma e intensidade de uso. Como também não se têm informações confiáveis sobre área plantada por produto, não é possível analisar, nem mesmo genericamente, a relação destas técnicas com a produtividade. No entanto, permitem visualizar esta modernização parcial do processo produtivo dos assentamentos e o estado atual de utilização de práticas conservacionistas:

25 Ver I Censo da Reforma Agrária, op. cit.

26 Ibid.

27 Ou seja, dispõe do total domínio da terra, podendo, inclusive, vendê-la.

28 Há estudos que mostram um alto nível de endividamento nas cooperativas de produção. Ver NAVARRO, 1995 e FERREIRA et al, 1998.

TABELA 21

Distribuição percentual sobre a utilização de práticas agropecuárias: Paraná, regiões e Brasil – 1996

Uso das práticas Agropecuárias	Paraná	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
Sementes ou mudas selecionadas	90,20%	44,01%	37,32%	37,73%	49,20%	76,62%	38,76%
Mecanização – tração animal	80,70%	24,55%	19,75%	4,73%	28,51%	77,72%	17,28%
Mecanização – tração motora	69,70%	34,53%	22,08%	9,42%	49,89%	59,42%	20,25%
Adubação química	87,90%	23,65%	21,14%	12,66%	54,94%	85,56%	20,85%
Adubação orgânica ou verde	54,90%	19,06%	25,44%	16,14%	47,36%	58,73%	21,47%
Defensivos agrícolas	72,70%	37,52%	43,40%	27,73%	43,91%	65,34%	34,48%
Correção de solo	86,40%	10,48%	8,69%	4,11%	39,08%	65,47%	11,73%
Práticas de conservação de solos	54,90%	9,78%	10,02%	5,85%	21,61%	46,91%	9,97%
Armazenamento e conservação de forragens	29,50%	9,28%	6,37%	2,37%	7,36%	21,18%	5,19%
Utilização de ração concentrada	39,00%	18,16%	12,84%	3,57%	16,55%	37,55%	10,30%
Mineralização	87,10%	60,28%	21,97%	32,56%	36,09%	69,60%	33,39%
Controle de sanidade animal	91,70%	73,15%	41,79%	44,73%	52,18%	77,44%	45,78%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

A tecnificação expressa nas práticas agropecuárias que envolvem a compra de insumos industriais são generalizadas no Paraná, em índices um pouco superiores que os do sul e bastante mais significativas que no País.

Uma predisposição geral em incorporar o pacote tecnológico da modernização convencional pode ser assim observada entre os assentados do Estado e do sul, provavelmente porque é nesta cultura agrícola em que estiveram inseridos antes de vir para os assentamentos e que continua sendo a oferecida pela assistência técnica a que tem acesso. Também o uso das práticas químicas de correção do solo frente às práticas de conservação de solo ou adubação orgânica pode ser explicado pelo fato dos assentamentos estarem freqüentemente fora dos programas de governo dos quais dependem em larga medida. A utilização de tração mecânica é alta, geralmente de forma associativa²⁹, porém a maioria (80%) utiliza tração animal, como tração complementar nas operações de capinas e no transporte interno.

No entanto, não se pode deduzir destes dados o fato de que o uso de insumos industriais seja quantitativamente superior são àquele de insumos auto-produzidos: só se sabe que os agricultores têm acesso generalizado a ele e têm acesso expressivo mas menor à adubação orgânica enquanto prática agrícola consolidada nos seus lotes. Há, no entanto, as múltiplas práticas tradicionais da pequena agricultura familiar, *naturalizadas* dado seu uso corrente, que são amplamente combinadas com o uso das modernas. Pelos dados a que se teve acesso do Paraná – e que não devem ser exceção em relação ao Brasil – o processo produtivo é, de fato,

29 Em função do PROCERA Investimentos, é comum no Paraná a formação de associações para compra de maquinário e um conseqüente estoque importante de máquinas em vários assentamentos, principalmente nos que se constituem como cooperativas. As dificuldades e falta de recursos para manutenção são freqüentes, deixando o maquinário sem condições de uso. Também se registrou a ociosidade de equipamentos comprados sem maior clareza do tipo e nível de uso necessário.

basicamente conduzido com insumos do estabelecimento, acrescido dos comprados: dados como o fato de que há estocagem de grãos para sementes, a criação generalizada, mas em pequena escala, de equinos nos assentamentos, a renda monetária relativamente baixa e o pouco acesso a financiamentos, o alto índice de produção limitada ao auto-consumo e o uso de produtos da horta para a alimentação animal (como a batata doce e a abóbora) são suficientemente enfáticos neste sentido.

O sistema policultura/criação, típico da pequena agricultura familiar, também predomina nos assentamentos do Paraná, com diversificação tanto na produção animal como vegetal (tabela 22): praticamente 80% dos assentados no Estado do Paraná têm atividades produtivas (milho, feijão, bovinos, aves, suínos), cerca de 70% dos agricultores dedicam-se a pelo menos 8 atividades (milho, feijão, bovinos, aves, suínos, mandioca, horticultura e arroz) e em torno de 50% a 10 atividades (incluindo-se ao rol anterior à batata doce e ao leite).

Predomina a produção para auto-consumo (em torno de 56% para o auto-consumo e 26% para a venda)³⁰, com uma significativa diversificação alimentar. Se há uma estratégia de produção para garantia de segurança alimentar, não há dúvida de que as vendas seriam muito mais significativas se algumas condições de bloqueio não estivessem generalizadas presentes nos assentamentos³¹. O milho e o feijão, bastante consumidos, representam mais de 50% da renda agropecuária vendida. Aproximadamente 80% da renda agropecuária vendida, de 50% ou mais dos beneficiários, provém de apenas quatro produtos (milho, feijão, leite e bovinos).

A produção animal tem caráter secundário na produção agrícola familiar para venda apesar da criação de animais ser bastante freqüente, especialmente bovinos, aves e suínos. A função da criação de diferentes espécies animais apresenta particularidades de acordo com a espécie sendo principalmente para a alimentação alimentar, na força de tração e como reserva de capital, especialmente em animais de grande porte. A criação de animais está relacionada, também à distribuição de trabalho entre os sexos na família. No Primeiro e Segundo Planalto, do estado do Paraná as aves, os suínos e as vacas de leite são manejados pela mulher e filhos menores, enquanto que os equídeos são tratados pelo chefe da família ou pelos filhos mais velhos. Os cavalos exercem um papel fundamental como animais de trabalho e este fato contribui para que os mesmos recebam melhor tratamento que as demais espécies quando se trata de alimentação e profilaxia.

Apesar da diversificação em termos de cultivos e criações animais, a fonte de renda é, portanto, restrita a uma quantidade pequena de produtos, sendo que dificilmente os assentados serão competitivos tanto técnica como economicamente nestes sistemas de produção. Além disto, os produtos são comercializados, na maioria, sem nenhum processo de beneficiamento. Alternativas isoladas são ob-

30 A diferença corresponde à quantidade perdida ou estocada.

31 Na pesquisa no Paraná, a avaliação positiva da vida nos assentamentos se referia à segurança alimentar e a negativa tinha a ver com as dificuldades de acesso e de transporte em geral (mercadorias, pessoas) e serviços.

servadas em alguns assentamentos, como a olericultura no litoral do Estado e a produção orgânica no norte do estado, situações consideradas exceção e não regra.

TABELA 22

Distribuição, absoluta e percentual, das famílias que se dedicam às atividades agropecuárias e distribuição percentual da quantidade consumida, vendida e da renda bruta proveniente da produção agropecuária vendida: Paraná – 1996

Produto	N.famílias	% famílias	Unidade	Quantidade consumida	% qtdade consumida	Quantidade vendida	% qtdade vendida	% renda bruta vendida
Milho	248	87,94	sacos 60 kg	21949,67	32,76	41690,00	62,22	38,92
Feijão	221	78,37	Sacos 60 kg	1696,00	25,95	4665,00	71,37	13,07
Leite	152	53,90	Litros	349462,00	41,52	415211,00	49,33	11,97
Bovinos	257	91,13	Arrobas	896,00	6,23	2104,00	14,64	5,55
Suínos	222	78,72	Quilos	75488,00	25,12	16960,00	5,65	1,02
Arroz	199	70,57	Sacos 60 kg	2561,40	80,21	569,00	17,82	0,79
Mandioca	209	74,11	Toneladas	1086,56	88,62	26,65	2,17	0,18
Aves	241	85,46	Quilos	16540,00	24,04	854,00	1,24	0,07
Batata-doce	164	58,16	Sacos 60 kg	1546,46	95,21	0,00	0,00	0,00
Vários horticultura	213	75,53			96,84		1,30	
Equínos	121	42,90						
Ovos	86	30,50	Dúzias	16578,00	67,73	3882,00	15,86	0,18
Batata-inglesa	73	25,88	Sacos 60 kg	690,93	85,79	37,83	0,91	0,03
Alface	71	25,18	9 kg	6411,66	87,56	24,79	7,57	0,03
Erva-mate folhas	69	24,46	Arrobas	498,65	16,01	2733,60	79,27	0,72
Amendoim	67	23,76	Sacos 25 kg	270,04	76,89	58,00	16,51	0,05
Repolho	49	17,38	Sacos 28 kg	227,18	100,00	0,00	0,00	0,00
Cana-de-açúcar	40	14,18	tonelada	13,74	96,78	1,00	0,70	0,01
Queijo	35	12,41	Quilos	4288,00	47,11	4249,00	46,68	2,13
Cebola	28	9,93	Sacos 20 kg	90,35	100,00	0,00	0,00	0,00
Soja	28	9,93	Sacos 60 kg	65,00	0,96	6718,00	99,33	11,02
Pêssego	27	9,57	Quilos	6227,00	80,38	1260,00	16,26	0,16
Fumo	23	8,16	Arrobas	4,33	0,18	1894,13	78,10	6,08
Ovinos	23	8,16	Quilos	1680,00	9,89	0,00	0,00	0,00
Cenoura	21	7,45	Sacos 23 kg	165,43	58,10	118,96	41,78	0,10
Laranja	21	7,45	Sacos 20 kg	744,50	82,77	150,00	16,68	0,04
Mel de abelha	21	7,45	Quilos	694,00	37,31	586,00	31,51	0,23
Abóbora	20	7,09	Toneladas	21,66	98,62	102,00	0,00	0,00
Alho	18	6,38	Quilos	315,00	83,17	0,00	0,00	0,00
Peixe	17	6,03	Quilos	788,00	5,37	600,00	4,09	0,18
Melancia	14	4,96	Quilos	2902,30	88,20	0,00	0,00	0,00
Tomate	14	4,96	Sacos 23 kg	36,65	4,07	860,87	95,57	0,91
Couve	13	4,61	Unidade	1622,00	84,34	0,00	0,00	0,00

Uva	12	4,26	Quilos	1900,00	81,90	420,00	18,10	0,07
Beterraba	9	3,19	sacos 23 kg	6,30	22,48	21,74	77,52	0,02
Mel de cana	9	3,19	Quilos	1352,00	93,46	0,00	0,00	0,00
Banana	8	2,84	22 kg	595,91	66,85	68,18	7,65	0,02
Bergamota	7	2,48	Quilos	787,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Abobrinha	6	2,13	22 kg	14,43	4,04	921,81	65,36	0,62
Chuchu	5	1,77	22 kg	64,55	25,59	183,18	72,61	0,10
Gengibre	5	1,77	Toneladas	0,00	0,00	54,00	85,71	5,19
Limão	4	1,42	Quilos	330,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Manteiga	4	1,42	Quilos	77,00	92,77	6,00	7,23	0,01
Vagem	4	1,41	22 kg	22,50	2,45	12935,00	64,10	0,56
Caqui	3	1,06	Quilos	2350,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Pepino	3	1,06	22 kg	1,82	0,32	12,73	2,27	0,01
TOTAL					55,95		26,16	

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Analisando-se a renda da produção agrícola vendida, vê-se a importância do milho no caso do Paraná, que além de estar presente em quase a totalidade dos estabelecimentos, é o maior provedor de renda monetária para os assentados. É o caso do feijão, presente em quase 80% dos lotes e responsável por 16% da renda. Os produtos que vem a seguir na formação da renda, são a soja, o fumo e o gengibre, os dois primeiros se restringindo a menos de 10% dos assentados e o último a menos de 2%:

TABELA 23
Renda proveniente da produção agrícola vendida, em reais: Paraná – 1996

PRODUTO	Quantidade Vendida	Unidade	Valor Unitário	Valor Total	%
Milho	41690,00	sacos 60 kg	7,77	323931,30	49,33
Feijão	4665,00	sacos 60 kg	23,31	108741,15	16,56
Soja	6718,00	sacos 60 kg	13,65	91700,70	13,97
Fumo	1894,13	arrobas	26,7	50573,36	7,70
Gengibre	54000,00	quilos	0,8	43200,00	6,58
Tomate	860,87	sacos 23 kg	8,8	7575,65	1,15
Arroz	569,00	sacos 60 kg	11,50	6543,50	1,00
Erva-mate pl.	2733,60	arrobas	2,2	6013,92	0,92
Abobrinha	921,80	22 kg	5,58	5143,64	0,78
Vagem	587,95	22 kg	7,95	4674,20	0,71
Mel de abelha	586,00	quilos	3,2	1875,20	0,29
Mandioca	26,65	toneladas	56,26	1499,33	0,23
Pêssego	1260,00	quilos	1,08	1360,80	0,21
Chuchu	183,18	22 kg	4,36	798,67	0,12
Cenoura	118,96	sacos 23 kg	6,7	797,01	0,12
Uva	420,00	quilos	1,38	579,60	0,09
Amendoim	58,00	sacos 25 kg	7,59	440,22	0,07
Laranja	150,00	sacos 20 kg	2,00	300,00	0,05
Batata-comum	37,83	sacos 50 kg	7,44	281,46	0,04
Alface	68,44	9 quilos	3,26	223,11	0,03

Banana	68,18	22 kg	2,32	158,18	0,02
Beterraba	21,74	sacos 23 kg	5,89	128,04	0,02
Pepino	12,73	22 kg	4,66	59,31	0,01
Cana-de-açúcar	1,00	tonelada	15,35	15,35	0,00

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Como se viu na tabela 22, a produção animal está presente na maioria dos lotes, embora o efetivo animal seja pequeno (tabela 24). A produção animal é mais relevante é a de bovinos, provavelmente do tipo misto devido a produção de leite, carne e queijo, que representam em torno de 90% da renda proveniente da produção animal vendida (tabela 24). As aves de maior importância são as galinhas com produção de carnes e de ovos.

TABELA 24

Efetivo animal total dos beneficiários, em cabeças: Paraná – 1996

ANIMAL	Estoque Inicial	Venda	Autoconsumo
Suínos	1734,88	212,00	943,60
Aves	12472,00	854,00	16540,00
Bovinos	401,00	263,00	112,00
Eqüinos	129,00	5,00	1,00
Ovinos	200,00	3,00	28,00

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

TABELA 25

Renda proveniente da produção animal vendida, em reais: Paraná – 1996

ANIMAL	Quantidade Vendida	Unidade	Valor Unitário	Valor Total	%
Leite	415211,00	Litros	0,24	99650,64	56,73
Bovinos	2.104	Arrobas	21,95	46182,80	26,29
Queijo	4249,00	Quilos	4,18	17760,82	10,11
Suínos	16.960	Kg	0,5	8480,00	4,83
Peixe	600,00	Quilos	2,5	1500,00	0,85
Ovos	129,40	30 dúzias	11,54	1493,28	0,85
Aves	854	Kg	0,67	572,18	0,33
Manteiga	6,00	Quilos	3,72	22,32	0,01
Total				175662,04	100,00

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Os assentamentos são produtores de alimentos, grãos e hortifrutigrangeiros, para o consumo *in natura* excetuando a soja, a erva-mate e o fumo cujo destino é a agroindústria vegetal, o gengibre para o mercado externo e o leite, eventualmente para a cooperativa. A renda agropecuária proveniente da venda de produtos (tabela 26), proveniente principalmente da agricultura (79%), chega a uma média de vendas anuais equivalentes a 21,16 salários mínimos por estabelecimento. Monetizando as quantidades auto-consomidas, verifica-se que dentre os 43 produtos agropecuários produzidos, somente dez geram renda proveniente da venda superior à renda consu-

mo (milho, feijão, bovinos, erva mate, soja, abobrinha, vagem e gengibre) e em dois produtos – o leite e a beterraba – ambos estão perto de se equiparar.

TABELA 26
Renda total proveniente da produção agropecuária, em reais: Paraná – 1996

PRODUTO	Unidade	Valor Unitário	Renda Consumo	% da renda consumo	Renda vendida	% da renda vendida
Milho	Sacos 60 kg	7,77	170548,91	31,34%	323931,30	38,92%
Leite	Litros	0,24	83870,88	15,41%	99650,64	11,97%
Mandioca	Toneladas	56,26	61129,87	11,23%	1499,33	0,18%
Feijão	Sacos 60 kg	23,31	39533,76	7,26%	108741,15	13,07%
Suínos	Kg	0,5	37744,00	6,94%	8480,00	1,02%
Arroz	Sacos 60 kg	11,50	29456,10	5,41%	6543,50	0,79%
Alface	9 quilos	3,26	20902,03	3,84%	223,11	0,03%
Bovinos	Arrobas	21,95	19667,20	3,61%	46182,80	5,55%
Queijo	Quilos	4,18	17923,84	3,29%	17760,82	2,13%
Aves	Kg	0,67	11081,80	2,04%	572,18	0,07%
Batata-doce	Sacos 60 kg	7,08	10948,98	2,01%	0,00	0,00%
Pêssego	Quilos	1,08	6725,16	1,24%	1360,80	0,16%
Ovos	30 dúzias	11,54	6377,00	1,17%	1493,28	0,18%
Batata-inglesa	Sacos 50 kg	7,44	5140,54	0,94%	281,46	0,03%
Uva	Quilos	1,38	2622,00	0,48%	579,60	0,07%
Mel de abelha	Quilos	3,2	2220,80	0,41%	1875,20	0,23%
Amendoim	Sacos 25 kg	7,59	2049,60	0,38%	440,22	0,05%
Melado	Quilos	1,20	1960,40	0,36%	0,00	0,00%
Peixe	Quilos	2,5	1970,00	0,36%	1500,00	0,18%
Laranja	Sacos 20 kg	2,00	1489,00	0,27%	300,00	0,04%
Ovinos	Quilos	0,85	1428,00	0,26%	0,00	0,00%
Banana	22 kg	2,32	1382,51	0,25%	158,18	0,02%
Abóbora	t	52,51	1137,42	0,21%	0,00	0,00%
Cenoura	Sacos 23 kg	6,7	1108,41	0,20%	797,01	0,10%
Erva-mate folhas	Arrobas	2,2	1097,03	0,20%	6013,92	0,72%
Soja	Sacos 60 kg	13,65	887,25	0,16%	91700,70	11,02%
Repolho	Sacos 28 kg	3,10	704,25	0,13%	0,00	0,00%
Melancia	Quilos	0,17	493,40	0,09%	0,00	0,00%
Abobrinha	22kg	5,58	317,55	0,06%	5143,64	0,62%
Tomate	Sacos 23 kg	8,8	322,54	0,06%	7575,65	0,91%
Alho	Quilos	0,79	248,90	0,05%	0,00	0,00%
Cebola	Sacos 20 kg	3,15	284,60	0,05%	0,00	0,00%
Chuchu	22 kg	4,36	281,42	0,05%	798,67	0,10%
Manteiga	Quilos	3,72	286,44	0,05%	22,32	0,00%
Cana-de-açúcar	Tonelada	15,35	210,91	0,04%	15,35	0,00%
Couve	Maço de 100	9,33	151,46	0,03%	0,00	0,00%
Vagem	22 kg	7,95	178,88	0,03%	4674,20	0,56%
Fumo	Arrobas	26,7	115,70	0,02%	50573,36	6,08%
Limão	Quilos	0,35	115,17	0,02%	0,00	0,00%
Bergamota	Sacos 22kg	0,00	70,83	0,01%	0,00	0,00%
Beterraba	Sacos 23 kg	5,89	37,13	0,01%	128,04	0,02%
Gengibre	Quilos	0,8	0,00	0,00%	43200,00	5,19%

Pepino	22 kg	4,66	8,47	0,00%	59,31	0,01%
Total			544.230,14		832.275,74	

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

A comercialização destes produtos é feita através de atravessadores ou de compras por comerciantes (25% e 15%), 25% com outros (principalmente agroindústrias). Somente 30% vendem para cooperativas, num Estado onde o cooperativismo é um dos mais desenvolvidos do País. Verifica-se também a formação de um mercado intra-assentamentos: 10% da produção é vendida para outros assentados. No País como um todo, a comercialização de aproximadamente 50% da produção é realizada junto aos atravessadores e apesar do Paraná apresentar um percentual menor, os problemas de comercialização são bastante acentuados, refletindo a situação do agricultor familiar no País.

Apesar de imerso em uma realidade de produção com muitos pontos de estrangulamento-comercialização, financiamento, tecnologia e assistência técnica insuficientes os agricultores em assentamentos atingem uma renda que os coloca numa média superior aos pequenos produtores rurais em geral e aos trabalhadores urbanos de baixa qualificação:

TABELA 27

Renda familiar bruta total em reais: Paraná – 1996

Fonte	Valor Total	%	Valor anual/ Domicílio	Valor mensal/ Domicílio	Valor mensal/ adulto
Salário	36630,00	2,47%	129,89	10,82	4,65
Remessas Diversas	430,00	0,03%	1,52	0,13	0,05
Aposentadorias	18202,00	1,23%	64,55	5,38	2,31
Serviços prestados	14109,00	0,95%	50,03	4,17	1,79
Outras Rendas*	34777,90	2,35%	123,33	10,28	4,41
Agricultura venda	656613,71	44,35%	2328,42	194,03	83,28
Agricultura consumo	363880,98	24,58%	1290,36	107,53	46,15
Pecuária venda	175662,04	11,86%	622,92	51,91	22,28
Pecuária consumo	180349,16	12,18%	639,54	53,29	22,87
Total	1480654,79	100,00%	5250,55	437,55	187,79

* – inclui renda associativa.

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

A renda total bruta média nos assentamentos do Paraná (tabela 27) foi de 3,97 salários mínimos, advinda em 92% da sua atividade própria de agricultores: da venda de produtos agropecuários (60,18%), a *renda consumo* (36,77%) e outras rendas, incluindo assalariamento (7,03%). A família se compõe em média de 30 pessoas, dentre as quais 30 em idade economicamente ativa (considerada com 14 anos e mais 20), o que significa que a renda mensal média por adulto é de 1,5 salários mínimos.

Segundo relatório da FAO sobre os assentamentos no Brasil³², a renda média dos assentamentos no Brasil estaria em torno de 3,7 salários mínimos mensais por família e a renda mensal per capita seria de 1 salário mínimo. A renda seria composta por: venda de produtos agropecuários (37%), autoconsumo (37%) e assalariamento parcial da família (26%). No caso do sul esta renda mensal era de 5,62 salários mínimos mensais por família.

Comparativamente aos dados da FAO, observa-se que a renda média dos assentados do Paraná em termos quantitativos é semelhante à que indicam para o Brasil (3,97 para 3,7), apesar da estrutura da renda diferir: no Paraná, verificou-se aqui que a maior parte da renda provém da venda de produtos agropecuários e a a renda proveniente da venda da força de trabalho e aposentadoria, entre outras é pequena. A diferença com a renda que a FAO indica para o Sul (de 5,62 para 3,97) deve ser atribuída à diferenças metodológicas ou ao peso dos outros estados do sul na sua composição.

Em relação a outros pequenos produtores familiares, a renda dos assentados do Paraná é superior a algumas tipos dentre eles e similar a outros. Segundo estudo realizado pelo IAPAR sobre a caracterização dos produtores rurais do estado do Paraná, os que qualificaram como *produtores de subsistência* representavam 21,9% do conjunto dos agricultores e tinham uma renda familiar bruta média mensal de 1,18 salários mínimos, com a venda de produtos agropecuários representando 44,9%; os que qualificaram como *produtores simples de mercadoria* correspondiam a 52,6% e tinham a renda mensal era de 3,94 salários mínimos, a venda de produtos agropecuários representa 75,4%. O perfil de renda dos assentados é, portanto, superior aos primeiros e similar aos segundos, com a diferença de que o percentual da renda proveniente da venda é um pouco menor entre os assentados.

As conclusões a que se pode chegar, a partir das informações acima apresentadas, é a de que os assentamentos do Paraná constituem-se num espaço de reconstrução da produção agrícola, nos moldes tradicionais da pequena agricultura familiar fortemente calcada na produção própria e não no assalariamento, mas com algumas diferenças em relação a esta: apesar de também imersos nas carências e precariedade, têm mais acesso a crédito, maquinário, dadas as suas estruturas associativas e sua identidade coletiva de assentados, o que os faz mais facilmente interlocutores do Estado que outros produtores do mesmo tipo. São produtores com uma grande disponibilidade de alimentos, em média, e um maior acesso a serviços, como se verá a seguir.

32 ROMERO, A. et al (org). *Reforma Agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro, Vozes/FAO/IBASE, 1994. 216 p.

5. O ASSENTAMENTOS COMO ESPAÇO DE VIDA

Os assentamentos de Reforma Agrária no Paraná e no sul do País têm se caracterizado por reproduzir o formato de organização do espaço de uma região de pequena agricultura familiar: moradia no próprio lote do agricultor (tabela 28), agrupamento de lotes por comunidades, pontos centrais em escolas, igrejas ou centros comunitários, com a diferença que neles há um maior número de escolas de primeiro grau que no meio rural em geral.

TABELA 28
Distribuição absoluta e percentual dos beneficiários, segundo o local de moradia: Paraná, região Sul e Brasil – 1996

LOCAL DE MORADIA	Paraná		Região Sul		Brasil	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Parcela Rural	4.212	88,66%	8.594	85,30%	76.377	49,78%
Parcela para rural	426	8,97%	569	5,65%	35.498	23,15%
Núcleo Urbano	25	0,53%	171	1,69%	24.842	16,19%
Área comunitária	80	1,68%	719	7,14%	6.357	4,14%
Fora do Estado	08	0,17%	22	0,22%	10.342	6,74%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Esta disseminação de pequenas escolas é responsável pela grande frequência de crianças de 7 a 10 anos na escola e o nível de escolarização compatível com a idade nesta faixa etária. Também explica o fato de ser significativa e considerada de regular a boa a distribuição de material escolar e merenda às crianças dos assentamentos, especialmente no Paraná e no sul, mas também no Brasil de modo geral (ver tabelas 29 e 30).

TABELA 29
Opinião quanto à distribuição de material escolar, distribuição percentual:
PR, por região e Brasil – 1996

	PR	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sul	Sudeste	Brasil
Sem resposta	23,05%	39,53%	17,12%	18,16%	20,75%	25,23%	19,20%
Bom	30,50%	20,16%	14,81%	18,43%	30,28%	26,31%	17,90%
Regular	35,11%	21,96%	28,67%	28,79%	33,89%	23,42%	28,50%
Precário	09,57%	13,95%	26,50%	26,61%	12,24%	13,51%	23,90%
Não existe	1,77%	4,39%	12,89%	08,02%	2,84%	11,53%	10,50%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

TABELA 30
Opinião quanto à distribuição de merenda escolar, distribuição percentual:
PR, por região e Brasil – 1996

	PR	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sul	Sudeste	Brasil
Sem resposta	22,34%	36,95%	18,81%	24,21%	20,88%	25,41%	21,40%
Bom	32,98%	24,29%	11,82%	13,36%	33,51%	31,89%	15,90%
Regular	34,75%	20,16%	23,68%	25,35%	33,89%	22,88%	24,70%
Precário	07,45%	14,73%	31,10%	27,70%	8,76%	16,58%	26,70%
Não existe	2,48%	3,88%	14,58%	9,38%	2,96%	3,24%	11,20%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

A situação de atendimento à saúde nos assentamentos é de total precariedade como o é em geral no País, ainda mais no meio rural. Mais de um terço dos assentados do Paraná não contam com posto de saúde no assentamento e no Brasil este índice chega a quase 50% (tabela 31). Quando existe, seus recursos e atendimento são precários. Mesmo assim, o fato do assentamento chegar a propiciar a uma parte dos seus moradores algum tipo de assistência (entre postos ou agentes de saúde), mesmo insuficiente, ainda os deixa numa situação melhor que outros agricultores de baixa renda, invariavelmente dependentes dos serviços na área urbano dos seus municípios.

TABELA 31
Opinião quanto à existência e qualidade da assistência hospitalar no projeto, distribuição percentual: PR, por região e Brasil – 1996

No Projeto	PR	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sul	Sudeste	Brasil
Sem resposta	39,36%	30,70%	28,18%	45,15%	37,34%	43,60%	36,10%
Bom	0,35%	0,17%	0,20%	1,32%	0,28%	0,00%	0,60%
Regular	0,00%	0,26%	0,24%	1,10%	0,00%	0,19%	0,50%
Precário	0,00%	0,60%	0,51%	1,47%	0,14%	0,37%	0,80%
Nenhum	59,92%	66,81%	67,71%	46,73%	58,04%	54,73%	58,80%
Desconhecem	0,35%	1,46%	3,17%	4,22%	4,20%	1,11%	3,20%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Neste, há quase sempre algum posto e/ou hospital (tabelas 32 e 33) que são considerados de regulares a bons cerca da metade dos assentados do Estado e por um pouco menos em outras regiões e no País. A precariedade destes serviços é maior nas regiões norte e nordeste.

TABELA 32

Opinião quanto à existência e qualidade da assistência nos postos de saúde do projeto,
distribuição percentual: PR, por região e Brasil – 1996

	PR	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sul	Sudeste	Brasil
Sem resposta	32,27%	18,33%	26,04%	30,37%	33,71%	34,88%	27,70%
Bom	3,90%	7,31%	1,85%	5,69%	2,24%	6,12%	4,20%
Regular	13,12%	9,90%	2,90%	8,92%	6,57%	4,27%	6,30%
Precário	8,51%	11,88%	8,15%	16,42%	8,25%	10,95%	11,70%
Nenhum	37,94%	49,40%	57,45%	33,02%	43,08%	40,45%	45,70%
Desconhecem	4,25%	3,18%	3,61%	5,58%	6,15%	3,34%	4,40%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

TABELA 33

Opinião quanto à existência e qualidade da assistência nos postos de saúde do
município, distribuição percentual: PR, por região e Brasil – 1996

No Projeto	PR	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sul	Sudeste	Brasil
Sem resposta	14,95%	8,86%	12,90%	24,51%	8,40%	15,80%	16,00%
Bom	24,55%	15,99%	12,57%	11,41%	23,11%	29,74%	14,70%
Regular	27,40%	34,48%	22,51%	21,23%	26,33%	22,30%	24,10%
Precário	24,20%	24,85%	27,66%	24,03%	30,39%	20,82%	25,80%
Nenhum	0,35%	3,10%	6,44%	5,54%	0,70%	2,60%	4,90%
Desconhecem	8,54%	12,73%	17,92%	13,29%	11,06%	8,74%	14,40%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

De toda forma, é bastante insuficiente o atendimento à saúde, ainda mais considerando as distâncias a percorrer entre o meio rural e as sedes dos municípios e a dificuldade de acesso e transporte.

Os assentados do Paraná e do sul moram em casas de madeira (mais de 80%), como é padrão no meio rural circunvizinho. Suas casas apresentam estado de conservação de regular (51%) a bom (22%), sendo que 19% encontram-se em estado precário. Em relação ao País, apresentam-se em estado de conservação melhor. São providas de água encanada (61%), banheiros (41%) e fossas (57%), índices bem altos se comparados com o Brasil (13%, 19% e 33%). Têm luz elétrica (66%), também índice bem alto em relação ao País (20%) onde predomina a energia a querosene e óleo (51%)³³.

A qualidade de vida, nestes aspectos, é considerada boa pelos assentados do Paraná. Mas o que mais é ressaltado na sua avaliação da vida no assentamento é a qualidade da alimentação e segurança alimentar e o fato de terem autonomia e estabilidade na posse da terra³⁴.

A questão da segurança alimentar é de ser ressaltado como resultado da Reforma Agrária. Não se dispõe dos dados para o Brasil mas é de se supor, pelos poucos dados disponíveis, que consumo alimentar médio dos assentados é superior

33 I Censo da Reforma Agrária no Brasil, op. cit.

34 Pesquisa de campo no Paraná.

ao dos demais trabalhadores rurais e urbanos e apresenta um nível razoável de variedade. No caso do Paraná, sem incluir os itens comprados, é este o padrão médio de alimentação familiar:

Tabela 34
Tipo e nível de consumo alimentar proveniente da produção agropecuária: Paraná – 1996

	Unidade	Consumo Total anual	Consumo diário/ Estabelecimento	Consumo diário/ Pessoa
Grãos/raízes e tubérculos	Kg	1893703,02	5,68	1,24
Frutas	Kg	42391,00	0,42	0,14
Hortaliças	Kg	39899,58	0,39	0,07
Carnes	Kg	150651,30	1,48	0,50
Açúcares	Kg	139464,00	1,37	0,46
Leite	L	349462,00	3,44	1,16
Laticínios	Kg	4365,00	0,04	0,01
Ovos	Unidades	16578,00	1,96	0,66

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Uma situação alimentar de fartura, embora não se possa analisar precisamente o nível nutricional propriamente dito. Como se está trabalhando com *médias*, escamoteia-se situações de carências extremas-há assentamentos no Paraná que recebem cestas básicas, apesar de já terem passado do período pré-safra inicial. Mas em geral, a marca dos assentamentos é sua eficácia como estratégia de combate à fome e de segurança alimentar.

Já no que diz respeito ao acesso a bens duráveis de consumo, há um baixo nível de posse de eletrodomésticos entre os assentados: não há dados desagregado para o Paraná, mas para o sul, cuja situação é ainda melhor que a média do País, há informações de que apeans cerca de um terço possuem fogão a gaz e rádio e 20% possuem televisor e geladeira, um perfil de consumo não muito diferente dos pequenos produtores em geral.

A vida associativa, a participação ativa em igrejas, sindicatos e cooperativas é expressiva nos assentamentos. No Paraná e no sul, uma forte presença da igreja é assinalada (tabela 34) como resultado da participação nas comunidades eclesiais de base³⁵ e da influência persistente da religiosidade entre sem terra e assentados (majoritariamente católicos), o que se reflete em seus ritos e símbolos. Inclusive é a cruz, com a data de entrada na terra, o marco central dos assentamentos no Paraná. A presença da igreja é menor na média do Brasil (50% dos assentados participam de igrejas).

A participação em associações é importante no Paraná e no Brasil (mais de 50%), nos sindicatos atinge um terço dos assentados no Paraná e Brasil, e em cooperativas só é significativa no Paraná e sul (30%).

35 Em estudo realizado em 1984, com sem-terra do Paraná, constatou-se que mais de 90% deles haviam participado das CEBs da Igreja Católica antes de se integrarem ao Movimento dos Sem-Terra. Citado em BONIN et al, 1987.

O assentamento propicia uma possibilidade de interconhecimento ainda mais abrangente que no meio rural circunvizinho. Neste âmbito, parentelas vão se constituindo pelos casamentos dentro dos assentamentos, somando-se às que já ocuparam a terra em grupos familiares³⁶, o que é generalizado. Em estudos recentes no Paraná, verificou-se que dois grupos familiares acabaram por ligar em redes de parentesco, pelo matrimônio, grande parte dos agricultores dos dois assentamentos pesquisados³⁷.

Além da constituição de redes de articulação intra-assentamentos, os assentados permanecem, em maior ou menor grau, ligados ao Movimento dos Sem-Terra e articulados em suas lutas, não sem conflitos e problemas mas com a vantagem de continuarem se expressando coletivamente em algumas de suas reivindicações.

Fazendo do assentamento seu espaço de vida, os assentados fazem do município em que se inserem também seu espaço de convivialidade. Os impactos da implantação de assentamentos nos municípios, em suas instituições, no seu crescimento econômico e demográfico, no poder político local têm sido destacados por estudos em andamento³⁸. No Paraná, muitos municípios foram criados em função do impacto dos assentamentos na região. Também é conhecida a participação dos assentados na direção de sindicatos e como políticos municipais. No nível econômico, o principal efeito tem sido o incremento das atividades comerciais das cidades e vilas próximas. Em alguns casos, o assentamento passa a ser importante no abastecimento destas pequenas cidades e vilas.

Há, neste sentido, uma reconstrução da ruralidade e da localidade na medida em que os assentamentos se constroem como espaço de produção e de vida para os agricultores e suas famílias.

6. PARA CONCLUIR: REPRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Neste fim de século, o pensamento sobre a ciência e sobre o desenvolvimento tem abarcado temas e se colocado questões consideradas menores há pouco tempo: os parâmetros e ritmos da natureza, a possibilidade de indução de uma descentralização urbana e da reconstrução do espaço rural, as relações de gênero, o postulado da diversidade, em suas diferentes manifestações e como pressuposto mesmo da organização da sociedade e da vida, a necessidade de um conhecimento interdisciplinar.

O termo sustentabilidade tem sido empregado para denominar estes e outros processos e temas que põe em cheque as formas hegemônicas de pensar a

36 Sobre grupos familiares em assentamentos ver ANTUNIASSI, 1995.

37 FERREIRA et al, 1998.

38 MEDEIROS et al.

ciência e o desenvolvimento. Embora impreciso, tem significado a reflexão inter-(trans?) disciplinar, de um desenvolvimento que integre nos seus pressupostos os valores da natureza, da cultura e da vida numa perspectiva de contemplar as diversidades. Num certo sentido, uma nova utopia, a considerar o fato de que o sistema historicamente dominante não se regula por estes pressupostos. Em outro sentido, uma possibilidade histórica que se inscreve, junto com uma mudança de sistema, no panorama de esgotamento das formas hegemônicas de estruturação da sociedade pela economia de mercado, como um processo, um devir-ser.

Nas análises mais setorializadas sobre sustentabilidade, esta discussão fica num nível de exequibilidade de menor prazo, geralmente sendo utilizada em sentidos também os mais diversos mas apontando, de uma forma implícita, para a capacidade de reprodução “autónoma”, auto-gerida de uma atividade ou sistema. Na agricultura, a idéia de sustentabilidade tem fortemente trazido três tipos de noções: reprodutibilidade dos recursos naturais, reprodução biológica, social, económica da família do agricultor, e reprodução de um sistema de produção em condições de realizar as duas primeiras reproduções (o que implica em opções tecnológicas, de produtos, de estratégias de organização do trabalho e da produção, comercialização e de obtenção de renda em geral, de estratégias de organização da vida cotidiana e as socialibilidades fundamentais das pessoas envolvidas).

A análise dos assentamentos rurais no Paraná e no Brasil nos permite uma reflexão sobre estes pressupostos gerais de sustentabilidade e sobre a discussão mais específica da agricultura sustentável.

Na tese que levantamos no início esta sustentabilidade esta implícita: a reforma agrária propiciando a reorganização de um espaço de produção e de vida, uma economia dentro da economia, uma sociabilidade reconstruída dentro de um espaço conquistado de integração social.

No sentido estritamente ambiental do termo, não há uma política nem governamental nem dos organismos ligados aos sem-terra que crie as condições para o desenvolvimento de práticas agrícolas mais adequadas à assegurar a reprodutibilidade dos recursos naturais. A própria idéia da reforma agrária como política social reforça a não inclusão dos assentamentos em programas governamentais de conservação dos solos, programas dirigidos para as regiões de ponta do que se reconhece como produção agrícola – com altíssimo nível de integração aos mercados – e para seus produtores rurais respectivos. Mesmo assim, no Paraná grande parte dos assentados combinam práticas consideradas conservacionistas com outras pertinentes à modernização convencional. Além disto, as práticas tradicionais da agricultura familiar, reintroduzidas logo depois da entrada na terra são mais frequentemente *conservacionistas* que nefastas para o ambiente.

A reprodução biológica dos agricultores e sua família se realiza nos assentamentos de forma que se poderia considerar mais satisfatória do que nas condições correntes no País de assalariamento: os níveis de segurança alimentar obtidos, a qualidade da moradia e do próprio quadro de vida assim assim o indicam. As

condições de saúde não puderam ser avaliadas a contento pelos dados disponíveis mas pelo menos na relação nutrição/saúde se pode supor fortemente uma melhora substancial.

A reprodução social dos assentados enquanto enquanto agricultores, objetivo principal da luta pela terra, está sendo efetivada em larga medida, apesar dos enormes obstáculos que têm de enfrentar. O próprio fato da sua trajetória de luta e da constituição de instâncias organizativas próprias, diretamente voltadas para suas condições e geridas por eles já os diferencia dos demais pequenos agricultores e inscreve para eles uma possibilidade de reprodução social. Com limitações dadas pela incapacidade de gestão, com dificuldades de ultrapassar posições dogmáticas para lidar mais eficientemente com as condições concretas do conjunto dos assentados, com as habituais rupturas de representação entre base e lideranças, de toda forma há nos assentamentos uma constituição de um associativismo distinto das cooperativas e associações de produtores com as quais tinham de lidar anteriormente-e das quais eram no máximo membros marginais, quando conseguiam sê-lo.

Também num nível mais amplo de sua sociabilidade, vê-se que os assentamentos possibilitam um outro patamar de interconhecimento e de encontro, possibilitadas também por suas trajetórias em comum e pela permanência de um certo *coletivo* dado pela identidade de assentado. Até a reconstrução de redes de parentela é facilitada pela realocação num espaço comum. As relações com as cidades próximas, em várias instâncias da sua vida, fazem parte desta sociabilidade mais geral.

Neste sentido, pode-se falar de uma *sustentabilidade possível* para designar estes processos de reprodução em curso, considerados dentro dos limites impostos a estes agricultores pela sua situação de pequenos agricultores familiares ou de trabalhadores associativos de suas próprias cooperativas, no caso das formas coletivas de assentamentos. Uma sustentabilidade dentro de carências e de bloqueios, dados pela dinâmica hegemônica da economia e da sociedade mas não só: dados pela percepção de que espaços como estes devam ser relegados a uma posição marginal, porque têm pressupostos de funcionamento *diferentes* e como tal podem ser desenvolvidos, em sua diferença, enquanto parte de uma diversidade a ser integrada nas perspectivas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGAMASCO, Sonia; NORBERT, Luis. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).
- BONIN, Anamaria et al. *Agricultura brasileira nos anos 90: desafios e perspectivas*. Curitiba: Editora da UFPR, 1989.
- FERREIRA, D. D. Angela. "Movimentos sociais rurais no Paraná". In: BONIN, Anamaria et al: *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Scientia et Labor/UFPR, 1987.

- FERREIRA, D. D. Angela et al. *A cooperação nos Assentamentos dos Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra do Brasil: organização da empresa cooperativa, construção do socialismo e sustentabilidade*. Text submitted to the II Congresso Europeo de Latinoamericanistas – Halle/Germany.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MEDEIROS, Leonilde et al. *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1994.
- ROMERO, A. et al (org). *Reforma Agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes/FAO/IBASE, 1994.

ANEXO 01

TABELA I

Distribuição por outras habilidades dos beneficiários, absoluta e percentual: Paraná, por região e Brasil – 1996

	Sem outra habil.		Doméstica		Pedreiro/servente		Agricultor		Outras Atividades	
	nº total	%	nº total	%	nº total	%	nº total	%	nº total	%
PR	2.342	71,75%	98	3,00%	114	3,49%	142	4,35%	568	17,41%
Centro-Oeste	9.767	44,22%	818	3,70%	370	1,68%	2.669	12,08%	8.463	38,32%
Nordeste	44.203	75,87%	2.308	3,96%	1.505	2,58%	1.288	2,21%	8.954	15,37%
Norte	35.692	72,22%	1.634	3,31%	603	1,22%	3.044	6,16%	8.448	17,09%
Sudeste	5.809	70,07%	306	3,69%	257	3,10%	487	5,87%	1.431	17,26%
Sul	6.144	76,37%	234	2,91%	186	2,31%	237	2,95%	1.244	15,46%
Brasil	101.615	69,55%	5.300	3,63%	2.921	2,00%	7.725	5,29%	28.540	19,53%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

TABELA II

Situação dos beneficiários no assentamento, segundo o ano de ocupação, distribuição absoluta e percentual: Paraná – 1996

Ano de Ocupação	Pré-assentado		Assentado		Agregado		Irregular		Titulado	
	nº total	%	nº total	%	nº total	%	nº total	%	nº total	%
Antes 1960	00	0,00%	00	0,00%	00	0,00%	00	0,00%	22	100,00%
1960-1964	00	0,00%	04	0,12%	01	0,27%	00	0,00%	01	0,19%
1965-1969	00	0,00%	09	0,27%	04	1,09%	00	0,00%	01	0,19%
1970-1974	01	0,79%	14	0,42%	03	0,82%	00	0,00%	00	0,00%
1975-1979	100	0,00%	26	0,78%	05	1,36%	00	0,00%	02	0,37%
1980-1984	06	4,76%	173	5,21%	21	5,72%	08	7,55%	142	26,35%
1985-1989	14	11,11%	1935	58,30%	187	50,95%	26	24,53%	328	60,85%
1990-1994	47	37,30%	941	28,35%	79	21,53%	31	29,25%	56	10,39%
Após 1994	58	46,03%	217	6,54%	67	18,26%	41	38,68%	9	1,67%

Fonte: I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

Abstract: This paper looks at the reconstruction of family farming in settlements established through Agrarian Reform in Brazil. We begin with a general discussion of the situation reigning in the country and then take a more specific look at the settlements located in the state of Paraná, in southern Brazil. We present data on the basic characteristics of the settlements and show how the latter are structured around the organization of agricultural production for subsistence and the creation of a "life space" for farmers who have been otherwise excluded from the countryside and are without access to urban life. Finally, we make a preliminary analysis of the sustainability of these settlements and the role they play in the construction of patterns of rural and agricultural development in Brazil.

Keywords: agrarian reform; settlement; rural development.